

Relatório da Administração

Senhores Associados,

Submetemos a V.S. as Demonstrações Contábeis do exercício de 2018 da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Sul-Serrana do Espírito Santo – Sicoob Sul Serrano em milhares de reais, na forma da legislação em vigor. As demonstrações contábeis completas estão disponíveis no site Sicoob ES (www.sicoobes.com.br).

1. Política Operacional

Em 2018, o Sicoob Sul-Serrano completou 23 anos, mantendo a vocação de instituição financeira cooperativa muito atrativa para investimentos e para obtenção de crédito. A atuação junto aos Associados se dá pela captação de depósitos, pela concessão de empréstimos e pela prestação de serviços financeiros.

2. Nosso Desempenho

2.1) Resultado

Demonstração do Resultado do Período	Em Milhares R\$		Variação %
	Jan a Dez/2018	Jan a Dez/2017	
Resultado da intermediação Financeira antes dos Créditos de Liquidação Duvidosa	99.915	77.836	28,37
Despesa de provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	21.560	32.461	-33,58
Receita de recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	7.444	6.731	10,59
Receitas de Prestação de Serviços e de Tarifas	31.564	24.888	26,82
Receitas com Ato Não Cooperativo	12.232	9.373	30,50
Despesas com Pessoal, Outras Despesas Administrativas e Operacionais	72.895	63.193	15,35
Despesas Tributárias	1.879	1.456	29,05
Outras receitas operacionais e resultado não operacional	8.024	7.685	4,41
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	29.278	39.173	- 25,26
Juros ao Capital	11.227	14.836	- 24,33
Sobras Brutas	69.214	50.396	37,34

Contribuíram para compor as sobras do exercício de 2018:

Receitas de prestação de serviços e de tarifas bancárias: aumento de 26,82%, o resultado da intermediação financeira aumentou 28,37% e a receitas com ato não Cooperativo aumentou 30,50% em relação ao mesmo período de 2017.

Quanto as despesas, a variação das despesas com pessoal e administrativas, em relação ao mesmo período de 2017, foi de 15,35%.

A relação entre as receitas de prestação de serviços e de tarifas frente as despesas de pessoal, outras despesas administrativas e operacionais foi de 43,30, 3,16% maior comparado com o exercício de 2017.

2.2) Dados Patrimoniais

Balanço Patrimonial	Em Milhares R\$		Variação %
	Jan a Dez/2018	Jan a Dez/2017	
Ativos Totais	1.327.796	1.138.024	16,68
Centralização Financeira	493.444	438.554	12,52
Carteira de Crédito	800.628	690.178	16,00
Depósitos	820.516	734.478	11,71
Patrimônio Líquido	325.665	261.376	24,60
Patrimônio de Referência (PR)	306.085	261.337	17,12

Os destaques para o crescimento da Cooperativa no exercício de 2018:

O total de ativos atingiu R\$ 1.327.796 mil ao final do exercício de 2018, com crescimento de 16,68% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Em 31 de dezembro de 2018 o saldo da carteira de crédito, atingiu R\$ 800.628 mil, com crescimento de 16,00% em relação a 31 de dezembro de 2017.

Os depósitos obtiveram um aumento de 11,71% considerando o mesmo período de 2017, atingindo no final do exercício de 2018 o montante de R\$ 820.516 mil.

O patrimônio líquido cresceu 24,60% em relação ao mesmo período do ano anterior, atingindo assim o valor de R\$ 325.665 mil.

2.2.1) Carteira de crédito por produto e segregação de PF e PJ

Carteira de Crédito	31/12/2018			31/12/2017			Em Milhares R\$	
	PF	PJ	Total	PF	PJ	Total	Valor total	Variação
								% Total
Crédito Rural	98.968	4.073	103.041	92.697	6.037	98.734	4.307	4,36%
Empréstimos	160.261	470.788	631.049	138.526	374.861	513.387	117.662	22,92%
Títulos descontados	8.889	40.571	49.460	11.650	49.712	61.362	-11.902	-19,40%
Conta Corrente	7.436	9.642	17.078	8.449	8.246	16.695	383	2,29%
Total	275.554	525.074	800.628	251.322	438.856	690.178	110.450	16,00%

3) Pessoas

Contávamos com 299 colaboradores no final do exercício de 2018. A remuneração fixa dos nossos colaboradores e diretores, somada aos seus encargos e benefícios totalizaram R\$ 25.444 mil.

4) Política de Crédito

A concessão de crédito está pautada em prévia análise do propenso tomador, havendo limites de alçadas pré-estabelecidas a serem observados. A Cooperativa realiza também todas as consultas cadastrais e faz a avaliação do associado por meio do Rating (avaliação por pontos), buscando, assim, garantir ao máximo a liquidez das operações.

É adotada ainda a política de classificação de risco de crédito da carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Resolução CMN nº 2.682. Em 2018, houve uma concentração de 82,03% nos níveis de risco "AA" a "C".

5) Governança Corporativa

Governança corporativa é o conjunto de mecanismos e controles, internos e externos, que permitem aos cooperados definir e assegurar a execução e fortalecimento dos princípios e objetivos da Cooperativa, contribuindo para a sua continuidade.

A gestão da Cooperativa está alicerçada em papéis definidos, com clara segregação de funções. Cabem ao Conselho de Administração, órgão superior da administração da cooperativa eleito pelos Associados, as decisões estratégicas e à Diretoria Executiva, a gestão dos negócios da Cooperativa no seu dia a dia.

A cooperativa é monitorada periodicamente quanto à efetivação dos controles internos. Tal monitoramento é realizado pelo Sicoob Central ES que a partir de janeiro de 2011, centralizou esse serviço adotando padrão de qualidade e atuação compatível com a realidade de nossas atividades, sistemas, produtos e serviços. Integra ainda a área de fiscalização a auditoria interna realizada periodicamente por auditor do Sicoob Central ES cuja metodologia e procedimentos aplicados seguem as políticas e manuais aprovados no sistema.

Os balanços da Cooperativa são auditados por auditores externos, que emitem relatórios conclusivos os quais são levados ao conhecimento dos Conselhos e da Diretoria sendo emitidos pareceres para conhecimento da Assembleia Geral. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe tal competência, além da autorização de funcionamento.

Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a Cooperativa utiliza várias ferramentas de gestão. Para exemplificar, na concessão de crédito é adotado o Manual de Crédito, desenvolvido, como muitos outros manuais, pelo Sicoob Confederação, homologado pelo Sicoob Central ES, aprovado e instituído pelo Conselho de Administração da Cooperativa. Além do Estatuto Social, são seguidos regimentos e regulamentos, entre os quais destacamos o Regulamento do Conselho de Administração, o Regulamento do Conselho Fiscal, o Regulamento Eleitoral e o Código de Ética.

A cooperativa ainda adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais, além de ter uma política de remuneração de seus empregados e estagiários dentro de um plano de carreira que contempla a remuneração adequada, a segregação de funções e o gerenciamento do desempenho de todo o seu quadro funcional.

Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos Associados e à sociedade em geral a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

6) Conselho Fiscal

Eleito na Assembleia Geral Ordinária, com mandato de 2 anos, é um órgão independente da administração. Sua responsabilidade é verificar de forma sistemática, como representante dos interesses dos associados, os atos da administração, as atividades e operações da Cooperativa, bem como validar seus balancetes mensais e seu balanço patrimonial anual.

7) Código de Ética

Todos os integrantes da equipe do Sicoob ES aderiram, por meio de compromisso firmado, ao Código de Ética e de Conduta Profissional proposto pela Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob – Sicoob Confederação. A partir de então, todos os novos funcionários, ao ingressar na Cooperativa, assumem o mesmo compromisso.

8) Sistema de Ouvidoria

O Sicoob ES conforme previsto na Resolução 4.433 de 23/07/2015 do Conselho Monetário Nacional trabalha com sistema de ouvidoria centralizado e estrutura compartilhada com o Bancoob.

No exercício de 2018, a Ouvidoria da Cooperativa registrou 99 demandas sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos por esta cooperativa. Dessas demandas, 48 foram classificadas procedentes e todas resolvidas antes do prazo legal estabelecido, que é de 10 (dez) dias úteis, de maneira satisfatória para as partes envolvidas, em perfeito acordo com o previsto na legislação vigente.

9) Agradecimentos

Agradecemos aos nossos colaboradores, pelo empenho e talento que nos permitem obter resultados consistentes, e aos nossos associados pela preferência e pela confiança depositada em nossa Cooperativa de crédito e na nossa Administração.

Venda Nova do Imigrante – ES, 31 de dezembro de 2018.

Conselho de Administração e Diretoria Executiva.

Balanço Patrimonial

em 31/12/2018 e de 2017 (em milhares de R\$)

ATIVO	Nota	31/12/2018	31/12/2017
Circulante		970.741	864.531
Disponibilidades	3.u	6.282	5.977
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	3.u	4.191	-
Títulos e Valores Mobiliários		606	3.610
Carteira Própria	4	606	3.610
Relações Interfinanceiras		493.444	438.554
Centralização Financeira - Cooperativas	5	493.444	438.554
Operações de Crédito	6	427.593	392.860
Empréstimos e Títulos Descontados		369.608	333.631
Financiamentos Rurais e Agroindustriais		88.785	87.844
(-) Provisão para Operações de Crédito		(30.800)	(28.615)
Outros Créditos	7	8.180	6.390
Créditos por Avais e Fianças Honrados		1.890	1.492
Rendas a Receber		3.990	3.484
Diversos		3.732	2.465
(-) Provisão para Outros Créditos de Liq. Duvidosa		(1.432)	(1.051)
Outros Valores e Bens	8	30.445	17.140
Outros Valores e Bens		31.724	17.808
Provisões para Desvalorizações (-)		(2.341)	(736)
Despesas Antecipadas		1.062	68
Não Circulante		357.055	273.493
Realizável a Longo Prazo		316.148	240.005
Títulos e Valores Mobiliários		869	1.593
Carteira Própria	4.1	869	1.593
Operações de Crédito	6	312.249	235.480
Empréstimos e Títulos Descontados		327.979	257.813
Financiamentos Rurais e Agroindustriais		14.256	10.890
(-) Provisão para Operações de Crédito		(29.986)	(33.223)
Outros Créditos	7	3.030	2.932
Diversos	27	3.030	2.932
Permanente		40.907	33.488
Investimentos	9	29.068	24.907
Participação em Cooperativa Central de Credito		20.061	16.913
Participação em Instit. Fin. Controlada por Cooperativa Credito		9.007	7.994
Imobilizado de Uso	10	11.698	8.420
Imóveis de Uso		1.525	796
Outras Imobilizações de Uso		21.093	16.740
(-) Depreciações Acumuladas		(10.920)	(9.116)
Intangível	10.1	141	161
Ativos Intangíveis		1.089	998
(-) Amortização Acumulada		(948)	(837)
TOTAL		1.327.796	1.138.024
PASSIVO			
Circulante		944.791	852.335
Depósitos	11	820.516	734.381
Depósito à Vista		217.941	162.709
Depósito Sob Aviso		8.973	9.591
Depósito a Prazo		593.602	562.081
Recur. De Aceites Cambiais, Letras Imobiliárias	11.1	2.175	-
Obrig. por Emissão Letras Credito Agronegocio		2.175	-
Relações Interfinanceiras		80.830	81.481
Repasse Interfinanceiros	12	80.825	81.458
Correspondentes		5	23
Relações Interdependências		5.836	7.823
Recursos em Trânsito de Terceiros	13	5.836	7.823
Obrigações Por Empréstimos e Repasses		8.343	8.343
Empréstimos no País - Outras Instituições	12.1	8.343	8.343
Outras Obrigações		27.093	20.307
Cob. e Arrec. de Trib. e Assemelhados	14.1	526	278
Sociais e Estatutárias	14.2	9.014	9.344
Fiscais e Previdenciárias	14.3	1.504	1.596
Diversas	14.4	16.049	9.089
Não Circulante		57.340	24.313
Exigível a Longo Prazo			
Depósitos		2	97
Depósito a Prazo		2	97
Recur. De Aceites Cambiais, Letras Imobiliárias		36.754	8.097
Obrig. por Emissão Letras Credito Agronegocio	11.1	36.754	8.097
Relações Interfinanceiras		17.569	13.201
Repasse Interfinanceiros	12	17.569	13.201
Outras Obrigações		3.015	2.918
Diversas	27	3.015	2.918
Patrimônio Líquido		325.665	261.376
Capital Social	16	187.559	164.204
De Domiciliados No País		188.171	165.385
(-) Capital a Realizar		(612)	(1.181)
Reserva de Sobras		115.491	77.711
Sobras Acumuladas		22.615	19.461
TOTAL		1.327.796	1.138.024

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações das Sobras ou Perdas

em 31/12/2018 e de 2017 (em milhares de R\$)

	Nota	2º SEM. 2018	12/31/2018	12/31/2017
Ingressos da Intermediação Financeira	19.1	73.991	147.110	138.480
Operações de Crédito		73.823	146.777	138.002
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		129	191	-
Resultado de Operações com Tit. e Valores Mobil. e Instr. Financeiros	4.2	39	142	478
Dispêndios da Intermediação Financeira	20.1	(32.955)	(68.755)	(93.105)
Operações de Captação no Mercado	11.(b)	(20.118)	(39.302)	(53.075)
Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses	12.2	(3.776)	(7.893)	(7.569)
Provisão para Operações de Créditos		(9.061)	(21.560)	(32.461)
Resultado Bruto Intermediação Financeira		41.036	78.355	45.375
Outros Ingressos/Rec. (Dispêndios/Desp.) Operacionais		(5.058)	(3.542)	7.288
Receitas (Ingressos) de Prestação de Serviços		9.648	18.847	14.567
Rendas (Ingressos) de Tarifas		6.801	12.717	10.321
Dispêndios/Despesas de Pessoal		(13.109)	(25.444)	(24.796)
Outras Dispêndios/Despesas Administrativas		(17.330)	(33.145)	(28.038)
Dispêndios/Despesas Tributárias		(954)	(1.879)	(1.456)
Ingressos de Depósitos Interooperativos	5.1	15.413	29.278	39.173
Outros Ingressos/Rendas Operacionais	19	5.324	10.390	7.876
Outros Dispêndios/Despesas Operacionais	20	(10.851)	(14.306)	(10.359)
Resultado Operacional		35.978	74.813	52.663
Resultado Não Operacional	21	(1.778)	(2.366)	(191)
Resultado Antes da Tributação e Participações		34.200	72.447	52.472
Participações nos Resultados de Empregados		(1.789)	(3.233)	(2.076)
Sobras / Perdas antes das Destinações		32.411	69.214	50.396
Destinações legais e Estatutárias			(35.372)	(16.099)
F.A.T.E.S.			(2.899)	(1.946)
Reserva Legal			(31.893)	(14.153)
Fundo de Investimento Social - FIS			(580)	-
Resultado antes do Juros ao Capital			33.842	34.297
Juros ao Capital	18		(11.227)	(14.836)
Sobras / Perdas Líquidas			22.615	19.461

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

em 31/12/2018 e de 2017 (em milhares de R\$)

Eventos	Capital		Reservas de Sobras		Sobras ou Perdas Acumuladas	Totais
	Capital Subscrito	Capital a Realizar	Legal	Estatutárias		
Saldos em 31/12/2016	145.083	(649)	62.986	-	9.848	217.268
Saldos De incorporação Credicores	781	-	274	-	-	1.055
Destinação de Sobras Exercício Anterior:						
Constituição de Reservas			1.791		(1.791)	-
Ao Capital	7.998				(7.998)	-
Cotas Capital à Pagar - Ex-associados					(59)	(59)
Movimentações de Capital:						
Por Subscrição/Realização	10.124	(532)				9.592
Por Devolução (-)	(8.513)					(8.513)
Estorno/Cancelamento de Capital (-)	(1.457)					(1.457)
Utilização do Fundo de Reserva com incorp Credicores			(1.493)			(1.493)
Sobras ou Perdas Líquidas					50.396	50.396
Provisão de Juros ao Capital					(14.836)	(14.836)
Subscrição do Juros ao Capital	14.836					14.836
Juros ao Capital à Pagar - Ex-associados	(355)					(355)
Juros ao Capital Pago em Conta Corrente	(2.829)					(2.829)
IRRF sobre Juros ao Capital	(283)					(283)
Fates Atos Não Cooperativos					(177)	(177)
Destinação das Sobras do Exercício:						
Fundo de Reserva			14.153		(14.153)	-
F.A.T.E.S.					(1.769)	(1.769)
Saldos em 31/12/2017	165.385	(1.181)	77.711	-	19.461	261.376
Saldos em 31/12/2017	165.385	(1.181)	77.711	-	19.461	261.376
Destinação de Sobras Exercício Anterior:						
Constituição de Reservas			5.307		(5.307)	-
Ao Capital	13.991				(13.991)	-
Cotas Capital à Pagar - Ex-associados					(163)	(163)
Movimentações de Capital:						
Por Subscrição/Realização	10.340	569				10.909
Por Devolução (-)	(8.898)					(8.898)
Estorno/Cancelamento de Capital (-)	(1.572)					(1.572)
Reversões de Reservas						
Sobras ou Perdas Líquidas					69.214	69.214
Provisão de Juros ao Capital					(11.227)	(11.227)
Subscrição do Juros ao Capital	11.227					11.227
Juros ao Capital Pago em Conta Corrente	(2.172)					(2.172)
IRRF sobre Juros ao Capital	(130)					(130)
Destinação das Sobras do Exercício:						
Fundo de Reserva			31.893		(31.893)	-
Fundo de Investimento Social				580	(580)	-
F.A.T.E.S.					(2.899)	(2.899)
Saldos em 31/12/2018	188.171	(612)	114.911	580	22.615	325.665
Saldos em 30/06/2018	179.886	(1.113)	83.018	-	31.395	293.186
Movimentações de Capital:						
Por Subscrição/Realização	5.131	501				5.632
Por Devolução (-)	(4.770)					(4.770)
Estorno/Cancelamento de Capital (-)	(1.001)					(1.001)
Sobras ou Perdas Líquidas					32.411	32.411
Provisão de Juros ao Capital					(5.819)	(5.819)
Subscrição do Juros ao Capital	11.227					11.227
Juros ao Capital Pago em Conta Corrente	(2.172)					(2.172)

Eventos	Capital		Reservas de Sobras		Sobras ou Perdas Acumuladas	Totais
	Capital Subscrito	Capital a Realizar	Legal	Estatutárias		
IRRF sobre Juros ao Capital	(130)					(130)
Destinação das Sobras do Exercício:						
Fundo de Reserva			31.893		(580)	-
Fundo de Investimento Social					(31.893)	-
F.A.T.E.S.					(2.899)	(2.899)
Saldos em 31/12/2018	188.171	(612)	114.911	580	22.615	325.665

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

em 31/12/2018 e de 2017 (em milhares de R\$)

DESCRIÇÃO	2º SEM. 2018	31/12/2018	31/12/2017
Atividades Operacionais			
Sobras/Perdas do Exercício Antes da Tributação e Participações	34.200	72.447	52.472
Participações nos Resultados de Empregados	(1.789)	(3.233)	(2.076)
Depreciações e Amortizações	1.070	1.997	1.597
Provisão de Juros ao Capital	(5.819)	(11.227)	(14.836)
Provisão para perda com operações de crédito	9.061	21.560	32.461
Resultado das baixas por obsolescência do Ativo Imobilizado	2	6	10
Resultado de participação de coligadas e controladas e Distribuição de Sobras	-	(994)	(928)
	36.725	80.556	68.700
Aumento (redução) em ativos operacionais			
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(129)	(4.191)	-
Títulos e Valores Mobiliários	38	3.727	8.773
Relações Interfinanceiras	125	-	-
Operações de Crédito	(13.651)	(133.063)	(85.653)
Outros Créditos	1.007	(1.887)	4.082
Outros Valores e Bens	(9.663)	(13.304)	(14.596)
Aumento (redução) em passivos operacionais			
Depósitos a Vista	34.274	55.232	21.274
Depósitos sob Aviso	(24)	(617)	128
Depósitos a Prazo	8.958	31.422	56.622
Recur. De Aceites Cambiais, Letras	9.248	30.832	8.097
Outras Obrigações	2.493	6.883	2.417
Relações Interfinanceiras	(14.583)	3.717	11.280
Obrigações por Empréstimos e Repasses	-	-	1.253
Relações Interdependências	4.880	(1.986)	2.421
Caixa Líquido Aplicado em Atividades Operacionais	59.698	57.321	84.798
Atividades de Investimentos			
Saldo Incorporação	-	-	(88)
Recebimento Dividendos	-	994	928
Aplicação no Intangível	(83)	(91)	(45)
Inversões em Imobilizado de Uso	(3.021)	(5.170)	(2.668)
Inversões em Investimentos	(3.148)	(4.161)	(1.347)
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Investimentos	(6.252)	(8.428)	(3.220)
Atividades de Financiamentos			
Saldos De incorporação Credicores	-	-	1.055
Aumento por novos aportes de Capital	5.632	10.909	9.592
Devolução de Capital à Cooperados	(4.770)	(8.898)	(8.513)
Estorno/Cancelamento de Capital	(1.001)	(1.572)	(1.457)
Destinação de Sobras Exercício Anterior Cotas de Capital à Pagar	-	(163)	(59)
FATES - Resultado de Atos Não Cooperativos	-	-	(177)
FATES Sobras Exercício	(2.899)	(2.899)	(1.769)
Juros ao Capital à Pagar Ex-associados	-	-	(355)
Subscrição do Juros ao Capital	11.227	11.227	14.836
Juros ao Capital Pago em Conta Corrente	(2.172)	(2.172)	(2.829)
IRRF sobre Juros ao Capital	(130)	(130)	(283)
Utilização do Fundo de Reserva com incorp Credicores	-	-	(1.493)
Aumento de Reservas			
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Financiamentos	5.887	6.302	8.548
Aumento / Redução Líquida das Disponibilidades	59.333	55.195	90.126
Modificações em Disponibilidades Líquida			
No Início do Período	440.393	444.531	354.405
No Fim do Período	499.726	499.726	444.531
Variação Líquida das Disponibilidades	59.333	55.195	90.126

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas

em 31/12/2018 e de 2017 (em milhares de R\$)

1. Contexto Operacional

A COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO SUL-SERRANA DO ESPIRITO SANTO - SICOOB SUL-SERRANO, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em 02/05/1995, filiada à COOPERATIVA CENTRAL DE CREDITO DO ESPIRITO SANTO - SICOOB CENTRAL ES e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB - SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O SICOOB SUL-SERRANO possui 24 Postos de Atendimento (PAs) nas seguintes localidades: BREJETUBA - ES, AFONSO CLÁUDIO - ES, MARECHAL FLORIANO - ES, IUNA - ES, IBATIBA - ES, IRUPI - ES, CONCEIÇÃO DO CASTELO - ES, MUNIZ FREIRE - ES, VENDA NOVA DO IMIGRANTE - ES, DOMINGOS MARTINS - ES, CARIACICA - ES, IBITIRAMA - ES, VITÓRIA - ES, LARANJA DA TERRA - ES, PIAÇU - ES, DIVINO DE SÃO LOURENÇO - ES.

O SICOOB SUL-SERRANO tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente aquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF, e sua emissão foi autorizada pela Diretoria Executiva em 18/01/2019.

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para contabilizar determinados ativos e passivos entre outras transações. As demonstrações contábeis da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à seleção das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado, às provisões necessárias para causas judiciais, entre outras. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

Notas Explicativas

em 31/12/2018 e de 2017 (em milhares de R\$)

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN, naquilo que não confrontar com as normas por ele já emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Contábeis.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

d) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "pro rata temporis", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

e) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

f) Depósitos em garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja caracterização da liquidação do passivo.

g) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do **SICOOB CENTRAL ES** e ações do Bancoob, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

h) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

i) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

j) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

k) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pro rata temporis"), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

l) Depósitos e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Os depósitos e os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata die*.

m) Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

n) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

o) Provisões para demandas judiciais e Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

p) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

q) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não-cooperativos de acordo com o Decreto 3.000/1999, art. 183. O resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação conforme art. 182 do mesmo Decreto.

r) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

s) Valor recuperável de ativos – impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por "*impairment*", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em **31 de Dezembro de 2018** não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

t) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e

- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em **31 de Dezembro de 2018**.

u) Caixa e equivalente de caixa

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Caixa e depósitos bancários	6.282	5.977
Relações interfinanceiras - centralização financeira	493.444	438.554
TOTAL	499.726	444.531

4. Títulos e valores mobiliários

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Cotas De Fundos De Investimento	606	3.442
TOTAL	606	3.442

Aplicação de garantia junto ao Bancoob para concessão de financiamentos rurais a cooperados.

4.1 Títulos e valores mobiliários

Em **31 de Dezembro de 2018 e 2017**, as aplicações em Títulos e Valores Mobiliários estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Título De Renda Fixa – Curto Prazo	-	168
Título De Renda Fixa – Longo Prazo	869	1.593
TOTAL	869	1.761

Os Títulos de Renda Fixa referem-se, substancialmente, a aplicações em Certificados de Depósitos Interfinanceiros – CDI, no SICOOB CENTRAL ES, com remuneração de, aproximadamente, 100% do CDI. Tal recurso refere-se a operações que estão vinculadas ao Acordo de Compensação assinado entre a Cooperativa e o Bancoob com o objetivo de mitigação de risco de crédito, sendo seus vencimentos correspondentes aos vencimentos dos contratos de repasse do crédito rural.

4.2 Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros

É **constituído pelas receitas** aplicações em Certificados de Depósitos Interfinanceiros – CDI, no SICOOB CENTRAL ES, com remuneração de, aproximadamente, 100% do CDI.

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Rdc - pós-fixado	142	478
Total	142	478

5. Relações interfinanceiras

Em 31 de dezembro de **2018 e 2017**, as aplicações em Relações Interfinanceiras estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Centralização Financeira - Cooperativas	493.444	438.554
TOTAL	493.444	438.554

(a) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao **SICOOB CENTRAL ES** conforme determinado na Resolução CMN nº 4.434/2015.

5.1 As receitas recebidas dessa transação resultaram em 31/12/2018 no montante de R\$ 29.278 mil (31/12/2017 – R\$ 39.173 mil) com o título na Demonstração de Sobras e Perdas de "Ingressos de Depósitos Intercooperativos".

6. Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Modalidade	31/12/2018		31/12/2017
	Circulante	Não Circulante	
Adiantamento a Depositante	1.005	-	1.005
Empréstimos	289.532	288.620	578.152
Títulos Descontados	49.460	-	49.460
Financiamentos	29.611	39.359	68.970
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	88.785	14.256	103.041
(-) Provisões para Operações de Crédito	- 30.800	- 29.986	- 60.786
TOTAL	427.593	312.249	739.842

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação	Empréstimo / TD	A.D / Cheque Especial / Conta Garantida	Financ.	Financ. Rurais	Total em 31/12/2018	Provisões 31/12/2018	Total em 31/12/2017	Provisões 31/12/2017
AA - Normal	9.653	0	1.369	511	11.533	0	3.864	0
A 0,5% Normal	136.034	431	21.605	18.044	176.114	-881	165.656	-828
B 1% Normal	217.058	5.387	23.751	53.487	299.683	-2.997	264.455	-2.644
B 1% Vencidas	1.046	36	186	18	1.286	-13	3.871	-39
C 3% Normal	123.648	5.429	13.760	17.832	160.669	-4.820	133.056	-3.992
C 3% Vencidas	6.021	263	828	396	7.508	-225	8.469	-254
D 10% Normal	58.071	2.093	3.486	6.464	70.114	-7.011	31.550	-3.154
D 10% Vencidas	2.792	280	303	172	3.547	-355	7.055	-705
E 30% Normal	13.126	766	1.285	2.115	17.292	-5.188	7.551	-2.265
E 30% Vencidas	4.634	263	691	2.330	7.918	-2.376	3.525	-1.058
F 50% Normal	5.576	274	160	477	6.487	-3.244	5.689	-2.845
F 50% Vencidas	2.241	233	330	336	3.140	-1.570	7.383	-3.691
G 70% Normal	8.546	152	117	134	8.949	-6.264	6.570	-4.600
G 70% Vencidas	1.382	218	164	57	1.821	-1.275	19.070	-13.349
H 100% Normal	10.586	361	129	149	11.225	-11.225	8.601	-8.601
H 100% Vencidas	11.125	892	806	519	13.342	-13.342	13.813	-13.813
Total Normal	582.298	14.893	65.662	99.213	762.066	-41.630	626.992	-28.929
Total Vencidos	29.241	2.185	3.308	3.828	38.562	-19.156	63.186	-32.909
Total Geral	611.539	17.078	68.970	103.041	800.628	-60.786	690.178	-61.838
Provisões	-50.736	-2.539	-3.134	-4.377	-60.786	-	-61.838	-
Total Líquido	560.803	14.539	65.836	98.664	739.842	-	628.340	-

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Descrição	Até 90	De 91 até 360	Acima de 360	Total
Adiantamento a depositante	1.005	-	-	1.005
Cheque Especial/Conta garantida	16.073	-	-	16.073
Empréstimos	78.927	194.532	288.620	562.079
Títulos Descontados	45.663	3.797	-	49.460
Financiamentos	8.693	20.918	39.359	68.970
Financiamentos Rurais	13.488	75.297	14.256	103.041
TOTAL	163.849	294.544	342.235	800.628

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Conta Corrente	Empréstimo / Financiamento	Título Descontado	Crédito Rural	31/12/2018	% da Carteira
Setor Privado - Comércio	1.264	90.233	11.463	-	102.960	13%
Setor Privado - Indústria	174	18.213	2.414	-	20.801	3%
Setor Privado - Serviços	8.106	347.650	26.216	912	382.884	48%
Pessoa Física	7.436	160.261	8.889	98.968	275.554	34%

Notas Explicativas

em 31/12/2018 e de 2017 (em milhares de R\$)

Descrição	Conta Corrente	Empréstimo / Financiamento	Título Descontado	Crédito Rural	31/12/2018	% da Carteira
Outros	98	14.692	478	3.161	18.429	2%
TOTAL	17.078	631.049	49.460	103.041	800.628	100%

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Saldo Inicial	61.838	53.185
Constituições	21.159	35.785
Transferência para prejuízo	(22.211)	(27.132)
TOTAL	60.786	61.838

f) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	31/12/2018	% Carteira Total	31/12/2017	% Carteira Total
Maior Devedor	20.873	3,00%	13.258	2,00%
10 Maiores Devedores	129.177	16,00%	101.172	15,00%
50 Maiores Devedores	270.059	34,00%	235.677	34,00%

g) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Saldo inicial	62.240	42.118
Valor das operações transferidas no período	22.211	27.132
Valor das operações recuperadas no período	(7.444)	(6.731)
Valor dos descontos concedidos nas operações recuperadas	(756)	(279)
TOTAL	76.254	62.240

7. Outros créditos

Valores referentes às importâncias devidas a Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Modalidade	31/12/2018	31/12/2017
Avais e Fianças Honorados	1.890	1.492
Rendas a Receber	3.990	3.484
Rendas Serviços arrecadação de convênios	866	633
Rendas da Centralização da Administração Financeira	2.557	2.455
Outras Rendas a Receber	567	396
Diversos	6.762	5.397
Adiantamento e Antecipações salariais	174	157
Adiantamento por conta de Imobilizações	22	1
Devedores Por Compra De Valores E Bens	571	773
Devedores por Depósitos em Garantia (a)	3.030	2.932
Impostos e Contribuições a Compensar	1.023	713
Pagamentos a Ressarcir	1.339	154
Títulos e Credito a Receber	495	350
Devedores Diversos - País	108	317
(-) Provisões para Outros Créditos (b)	(1.432)	(1.051)
TOTAL	11.210	9.322

(a) Em Devedores por Depósitos em Garantia estão registrados depósitos judiciais para: PIS sobre Atos Cooperativos (R\$ 541 mil), COFINS sobre Atos Cooperativos (R\$ 2.425 mil), Para Interposição de Recursos Trabalhistas (R\$ 12 mil) e Outros (R\$ 52 mil). Classificados no Ativo Não Circulante e melhor detalhado na Nota 27.

(b) A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

8. Outros valores e bens

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Bens Não de Uso Próprio (a)	31.713	17.475
Material em Estoque	11	333
(Provisões para Desvalorizações) (b)	(2.341)	(736)
Despesas Antecipadas (c)	1.062	68
TOTAL	30.445	17.140

(a) Em Bens Não de Uso Próprio está registrado o valor referente aos bens recebidos como doação em pagamento de dívidas, não estando sujeitos a depreciação ou correção.

(b) Refere-se a provisões constituídas com base em laudos atualizados de avaliação dos bens.

(c) Registram-se ainda no grupo, as despesas antecipadas, referentes aos prêmios de seguros, contribuição cooperativista, IPTU.

9. Investimentos

O saldo é, substancialmente, representado por quotas do SICOOB CENTRAL ES e ações do BANCOOB.

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Participações em cooperativa central de crédito	20.061	16.913
Participações inst financ controlada coop crédito	9.007	7.994
TOTAL	29.068	24.907

10. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017	Taxa Depreciação
Imobilizado em Curso (a)	1.959	596	
Edificações	1.525	796	4%
(-) Depreciação Acum. Imóveis de Uso - Edificações	(451)	(400)	
Instalações	10.064	8.240	10%
(-) Depreciação Acumulada de Instalações	(5.045)	(4.032)	
Móveis e equipamentos de Uso	3.570	3.077	10%
(-) Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso	(1.681)	(1.399)	
Sistema de Comunicação	328	313	20%
Sistema de Processamento de Dados	3.896	3.337	10%
Sistema de Segurança	1.035	957	10%
Sistema de Transporte	241	220	20%
(-) Depreciação Acum. Outras Imobilizações de Uso	(3.743)	(3.285)	
TOTAL	11.698	8.420	

(a) As imobilizações em curso serão alocadas em grupo específico após a conclusão das obras e efetivo uso, quando passaram a ser depreciadas.

10. 1 Intangíveis

Descrição	31/12/2018	31/12/2017	Taxa Depreciação
Software e Direito de Uso	1.089	998	10-20%
(-) Amortização Acumulada De Software e Direitos de Uso	(948)	(837)	
TOTAL	141	161	

11. Depósitos

É composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos a vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

É composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré- estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré- fixada. Suas remunerações pós fixadas são calculadas com base no critério de "Pro rata temporis"; já as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data do demonstrativo contábil, pelas despesas a apropriar, registradas em conta redutora de depósitos a prazo.

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Depósito à Vista	217.941	162.709
Depósito Sob Aviso	8.973	9.591
Depósito a Prazo	593.602	562.178
TOTAL	820.516	734.478

a) Concentração dos principais depositantes:

Descrição	31/12/2018	% Carteira Total	31/12/2017	% Carteira Total
Maior Depositante	14.383	2,00%	21.373	3,00%
10 Maiores Depositantes	76.729	9,00%	83.583	11,00%
50 Maiores Depositantes	186.417	23,00%	186.263	26,00%

b) Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Despesas de Depósitos de Aviso Prévio	-576	-911
Despesas de Depósitos a Prazo	-36.060	-51.068
Despesas de Depósitos Judiciais	-1	-1
Despesas de Letras de Crédito do Agronegócio	-1.453	-49
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	-1.212	-1.046
TOTAL	-39.302	-53.075

11.1 Recursos de Aceites Cambiais, Letras Imobiliárias.

As letras de câmbio e as letras imobiliárias e hipotecárias são títulos de captação criados com finalidades específicas, mas que, atualmente não são expressivos em relação ao volume global das captações das instituições financeiras.

A Letra de Crédito do Agronegócio é um título de crédito nominativo, que é uma promessa de pagamento em dinheiro, emitido exclusivamente pela Cooperativa. A emissão da Letra é condicionada à existência e disponibilidade na Cooperativa de direitos e créditos relacionados com a produção, comercialização, beneficiamento ou industrialização de produtos ou insumos agropecuários ou máquinas e implementos utilizados na atividade agropecuária.

Descrição	31/12/2018		31/12/2017
	Circulante – Até 1 ano	Não Circulante – acima de 1 ano	
Obrig. por Emissão Letras Credito Agronegócio	2.175	36.754	8.097
TOTAL	2.175	36.754	8.097

12. Relações Interfinanceiras

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

Instituições	Taxa	Vencimento	31/12/2018		31/12/2017
			Circulante – Até 1 ano	Não Circulante – acima de 1 ano	
Cooperativa Central	Diversos	Diversos	19.286	779	19.608
Recursos do Bancoob	Diversos	Diversos	61.539	16.790	75.051
TOTAL			80.825	17.569	94.659

12.1 Obrigações por empréstimos e repasses

Instituições	Taxa	Vencimento	31/12/2018		31/12/2017
			Circulante – Até 1 ano	Não Circulante – acima de 1 ano	
Cooperativa Central - Rotativo	Diversos	Diversos	8.343	-	8.343
TOTAL			8.343	-	8.343

12.2 As despesas dessa transação resultaram em 31/12/2018 o montante de R\$ 7.893 mil (31/12/2017 – R\$ 7.569 mil) com o título na Demonstração de Sobras e Perdas de "Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses".

13. Relações Interdependências

Os recursos de terceiros que estão com a cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse aos associados, por sua ordem.

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Ordens de Pagamento (a)	5.832	7.823
Recebimentos em Trânsito de Terceiros	4	-
TOTAL	5.836	7.823

(a) Trata-se de cheques emitidos contra a ordem de terceiros.

14. Outras Obrigações

14.1 Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Operações De Crédito - Iof	519	274
Operações Com Títulos E Valores Mobiliários	2	4
Recebimentos De Tributos Estaduais E Municipais	5	-
TOTAL	526	278

São registrados nesse grupo o valor do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, e sobre Operações Relativas a Títulos e Valores Mobiliários, a ser recolhido.

14.2 Sociais e Estatutárias

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Provisão para Participações nos Lucros	1.796	1.161
Resultado de Atos com Associados (a)	3.803	4.996
Resultado de Atos com Não Associados (a)	-	177
Gratificações e Participações a Pagar	188	115
Cotas de Capital a Pagar (b)	3.227	2.895
TOTAL	9.014	9.344

(a) O FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 5% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

(b) Refere-se às cotas de capital a devolver de associados desligados.

14.3 Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Impostos e contribuições a recolher	1.504	1.596
TOTAL	1.504	1.596

Notas Explicativas

em 31/12/2018 e de 2017 (em milhares de R\$)

14.4 Diversas

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	563	22
Obrigações por Prestação de Serviços de Pagamento (a)	2.451	2.624
Provisão para Pagamentos a Efetuar	3.485	3146
Despesa de Pessoal	2.060	1.879
Aluguéis	153	105
Comunicações	54	42
Promoções E Relações Públicas	12	-
Manutenção e Conservação de Bens	7	7
Transporte	118	111
Seguro	124	-
Plano de Saúde	8	134
Compensado	195	210
Seguros a Recolher	8	6
Seguros Prestamista	407	391
Provisão de Cartões a Pagar	222	179
Outras Despesas Administrativas	117	82
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas (b)	2.465	1.543
Credores Diversos - País	7.085	1.754
Pendência a regularizar	14	233
Diferença de Caixa	62	36
Pagamento a Processar	756	317
Pendência a Regularizar Bancoob	1.579	90
Credito de Terceiros	-	8
Cooperativa Central	325	309
Valores a Pagar arrecadação	11	13
Taxa de Alienação Veículos a Repassar	53	51
Taxa de Gravames A Repassar	-	10
Valores a Liquidar - Parcelas	16	-
Outros	15	246
Cheques Depositados	761	393
Credores Diversos – Liquidação de cobrança	3.486	47
Faturas Sicoobcard a Pagar	7	1
TOTAL	16.049	9.089

(a) São registrados em nome dos respectivos beneficiários, os créditos de recursos destinados ao pagamento de salários, vencimentos, proventos, soldos, aposentadorias, pensões e similares, objeto de contratos de prestação de serviços entre a instituição financeira e a entidade pagadora de tais benefícios.

(b) Refere-se à contabilização da provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela singular, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016. Em **31 de Dezembro de 2018**, a cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, no montante de R\$ 88.310 mil (R\$ 64.257 mil em **31/12/2017**), referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

15. Instrumentos financeiros

O **SICOOB SUL-SERRANO** opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

16. Patrimônio líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Capital Social	187.559	164.204
Associados	53.385	45.052

b) Reserva Legal

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual 55%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades, no exercício de 2017 foi aplicado o percentual de 40%.

c) Reserva Estatutária

Constituída com 1% sobre as sobras referente ao Fundo de Investimento Social conforme estatuto.

d) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 13/04/2018, os cooperados deliberaram pela destinação das sobras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, parte para o Fundo de Reserva, no valor de R\$ 5.307 e o restante para o aumento do capital social, no valor de R\$ 13.991.

e) Destinações estatutárias e legais

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Sobra líquida do exercício	57.987	35.560
Lucro líquido decorrente de atos não-cooperativos apropriado ao FATES	-	(177)
Sobra líquida, base de cálculo das destinações	57.987	35.383
Destinações estatutárias		
Reserva legal - 55%	(31.893)	(14.153)
Fundo de assistência técnica, educacional e social - 5%	(2.899)	(1.769)
Fundo de Investimento Social – 1%	(580)	-
Sobra à disposição da Assembleia Geral	22.615	19.461

17. Resultado de atos não cooperativos

O resultado de atos não cooperativos tem a seguinte composição:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Receita de prestação de serviços	12.232	9.373
Despesas específicas de atos não cooperativos	(2.136)	(1.699)
Despesas apropriadas na proporção das receitas de atos não cooperativos	(3.427)	(2.332)
Resultado operacional	6.669	5.342
Receitas (despesas) não operacionais, líquidas	(2.366)	(191)
Resultado de atos não cooperativos (lucro líquido)	4.303	5.151
Receitas tributáveis, mas que não compõem o Ato Não cooperativo	(4.303)	(4.974)
Resultado destinado para o Fates Ato Não Cooperativo	-	177

18. Provisão de Juros ao Capital

A Cooperativa pagou juros ao capital próprio de R\$ 11.227 mil, visando remunerar o capital do associado. Os critérios para a provisão obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração foi limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia

– SELIC. A referida provisão foi demonstrada na Demonstração de Sobras ou Perdas – DSP e na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL, conforme Circular BACEN nº 2.739/1997.

19. Outros ingressos/rendas operacionais

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Recuperação de Encargos e Despesas	299	141
Reversão de Provisão para Garantias Prestadas	70	-
Rendas Juros Cartão de Crédito	4.720	3.468
Rendas Multas por Atraso - Cartão de Crédito	566	622
Crédito Receita SIPAG - Faturamento	193	119
Crédito Receita SIPAG - Antecipação	799	457
Rendas Intercâmbio - Cartão de Crédito	1.415	1.069
Rendas Intercâmbio - Cartão de Débito	51	31
Dividendos	994	928
Juros ao Capital Recebido do Sicoob Central ES	107	168
Outras Rendas Operacionais	1.176	873
TOTAL	10.390	7.876

Refletem principalmente recuperação de encargos e despesas, reversão de garantias prestadas, reversão provisão para contingência, receitas com cartão de crédito e delcredere.

19.1 Ingressos da Intermediação Financeira

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	1.831	1.298
Rendas de Empréstimos	101.145	95.021
Rendas de Direitos Creditórios Descontados	14.970	15.442
Rendas de Financiamentos	13.406	12.994
Rendas Financiamentos Rurais - Aplicações Livres	-	3
Rendas de Financiamentos Rurais - Aplicações com Recursos Livres	66	47
Rendas de Financiamentos Rurais - Aplic. com Recursos Direcionados à vista (obrigatórios)	3.730	1.779
Rendas de Financiamentos Rurais - Aplic. com Recursos Direcionados da Poupança Rural	1.737	1.140
Rendas de Financiamentos Rurais - Aplic. com Recursos Direcionados de LCA	644	52
Rendas de Financiamentos Rurais - Aplicações com Recursos de Fontes Públicas	1.804	739
Rendas Financ Rurais - Aplic Repassadas e Refinanc	-	2.523
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	191	-
Rendas c/ Tit.Valores Mobil. e Instrumentos Financ.	142	478
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	7.444	6.964
TOTAL	147.110	138.480

A receita da intermediação financeira com operações de crédito compreende as receitas de juros de empréstimos e financiamentos, desconto de duplicatas, conta garantida, cheque especial, adiantamento a depositante, repasses de recursos do Bancoob e Sicoob Central ES.

20. Outros dispêndios/despesas operacionais

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Despesas de Cessão de Operações de Crédito	-7.480	-6.474
Despesas de Descontos Concedidos	-62	-841
Despesas de Recursos do Proagro	0	0
Cancelamento de Tarifas Pendentes	-793	-695
Despesas com Correspondentes Cooperativos	-147	-149
Contribuição ao Fundo Ressarcimento Fraudes Externas	-15	-36
Contribuição ao Fundo Ressarcimento Perdas Operacionais	-9	-21
Contribuição ao Fundo Tecnologia da Informação	-815	-849
Contribuição Fundo de Estabilidade Financeira e Fomento	-2.035	-
Outras Despesas Operacionais	-1.915	-347
Garantias Financeiras Prestadas	-993	-931
Contingências	-42	-16
TOTAL	-14.306	-10.359

São despesas de provisões para contingências, provisão de garantias prestadas, descontos concedidos em operações de crédito, cancelamento de tarifas pendentes, contribuição ao fundo de tecnologia da confederação e Contribuição Fundo de Estabilidade Financeira e Fomento do Sicoob ES.

20.1 Dispêndios da Intermediação Financeira

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Despesas De Captação	-39.302	-53.075
Despesas De Obrigações Por Empréstimos E Repasses	-7.893	-7.569
Provisões para operações de crédito	-21.560	-32.461
TOTAL	-68.755	-93.105

A despesas de captação no mercado estão relacionadas principalmente aos recursos obtidos no mercado local através de Depósitos a Prazo e Depósitos Sob Aviso e repasses contratados

21. Resultado não operacional

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Lucro em Transações com Valores de Bens	58	13
Ganhos de Capital	324	171
Outras Rendas não Operacionais	44	81
(-) Prejuízos em Transações com Valores e Bens	-595	-324
(-) Perdas de Capital	-52	-42
(-) Despesas de Provisões não Operacionais	-1.605	-88
(-) Outras Despesas não Operacionais	-540	-2
Resultado Líquido	-2.366	-191

O Resultado Não Operacional consiste em receitas (despesas) provenientes da alienação de bens e direitos não diretamente relacionada ao desenvolvimento de sua atividade Cooperativista de Crédito.

22. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas. As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância restrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

a) Montante das operações ativas e passivas no exercício de 2018:

Montante das Operações Ativas	Valores	% em Relação à Carteira Total	Provisão de Risco
P.R. – Vínculo de Grupo Econômico	2.721	0,16%	14
P.R. – Sem vínculo de Grupo Econômico	599	0,04%	1
TOTAL	3.320	0,19%	15
Montante das Operações Passivas	1.873	0,28%	

b) Operações ativas e passivas – saldo em 31/12/2018:

Notas Explicativas

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Cheque Especial	3	-	0%
Conta Garantida	40	5	0%
Crédito Rural	360	3	0%
Empréstimo	845	128	0%
Financiamento	207	5	0%
Títulos Descontados	125	5	0%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação à Carteira Total	Taxa - %
Depósitos a Vista	820	0,38%	-
Depósitos a Prazo	5.707	0,89%	90% a 102% CDI

c) Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural – RPL, crédito rural – repasses, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das operações (Ativas/Passivas)	Taxas Aplicadas em relação as partes relacionadas	Taxa aprovada pelo Conselho de Administração/ Diretoria Executiva
Cheque Especial	6,97% a.m	6,97% a.m
Conta garantida	5,97% a.m	5,97% a.m
Desconto de Cheques	1,44% a.m. à 3,50% a.m	1,44% a.m. à 3,50% a.m
Empréstimos	0,99% a 4,00% a.m. 0,24% + CDI a 3,00% + CDI	0,99% a 4,00% a.m. 0,24% + CDI a 3,00% + CDI
Crédito Rural - RPL	1,00% a 2,80% a.m	1,00% a 2,80% a.m
Crédito Rural - Repasses	2,50% a. 11,50 a.a. + TR	2,50% a. 11,50 a.a. + TR
Aplicações financeiras – RDC Longo CDI	90% a 102% CDI	90% a 102% CDI
Aplicações financeiras - LCA	86% a 88% CDI	86% a 88% CDI

d) As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Natureza da Operação de Crédito	Garantias Prestadas
Crédito Rural	1.668
Empréstimos e Financiamentos	6.058
Títulos Descontados	415

e) No exercício de 2018 os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários e custeio parcial de plano de saúde, apresentando-se da seguinte forma:

Benefício monetários	31/12/2018
Honorários e Cédula de Presença	1.418
Plano de Saúde / Seguro de Vida / Vale Alimentação / Previdência Privada	52

23. Cooperativa Central

A **COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO SUL-SERRANO DO ESPIRITO SANTO - SICOOB SUL-SERRANO**, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à **COOPERATIVA CENTRAL DE CREDITO DO ESPIRITO SANTO - SICOOB CENTRAL ES**, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O **SICOOB CENTRAL ES**, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao **SICOOB CENTRAL ES** a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O **SICOOB SUL-SERRANO** responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo **SICOOB CENTRAL ES** perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

Saldos das transações da Cooperativa com a **SICOOB CENTRAL ES**:

24. Gerenciamento de Risco

O Sicoob Confederação, a partir de outubro/2018, implementou melhorias em suas metodologias internas de avaliação do risco de crédito de associados. As melhorias realizadas tem por objetivo o aperfeiçoamento do referido processo, em linha com os normativos regulatórios do Banco Central do Brasil – BCB.

A gestão integrada de riscos e de capital no âmbito das cooperativas do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Sicoob Confederação, abrangendo, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental, continuidade de negócios e de gerenciamento de capital.

A política institucional de gestão integrada de riscos e de capital, bem como as diretrizes de gerenciamento dos riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

Em cumprimento à Resolução CMN 4.557/2017, encontra-se disponível no site do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital.

24.1 Risco operacional

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

Os resultados desse processo são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, para fins do Novo Acordo da Basileia, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) de cooperativas enquadradas no Segmento 4 é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

24.2 Risco de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento do risco de mercado é o processo que visa quantificar a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelas cooperativas, e inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação (trading) e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária (banking).

O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade de a cooperativa não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

No processo de gerenciamento do risco de mercado e da liquidez das cooperativas são realizados os seguintes procedimentos:

- utilização do VaR – Value at Risk para mensurar o risco de mercado das cooperativas;
- análise de descasamentos entre ativos e passivos para avaliação de impacto na margem financeira das cooperativas;
- definição de limite máximo para a exposição a risco de mercado;
- realização periódica de backtest do VaR das carteiras das cooperativas e dos modelos de cálculo de risco de mercado;
- definição de limite mínimo de liquidez para as cooperativas;
- projeção do fluxo de caixa das cooperativas para 90 (noventa) dias;
- diferentes cenários de simulação de perda em situações de stress.

24.3 Risco de Crédito

O gerenciamento de risco de crédito objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

Compete ao gestor centralizado (Sicoob Confederação) a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, da criação e de manutenção de política única de risco de crédito para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

24.4 Gerenciamento de capital

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital, mantido pela cooperativa para fazer face aos riscos a que está exposta, visando atingir os objetivos estratégicos estabelecidos.

24.5 Risco Socioambiental

O gerenciamento do risco socioambiental consiste na identificação, classificação, avaliação e no tratamento dos riscos com possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais.

24.6 Gestão de Continuidade de Negócio

A Gestão de Continuidade dos Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações de negócios para a organização e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem.

O Sicoob Confederação realiza Análise de Impacto (AIN) para identificar processos críticos sistêmicos, com objetivo de definir estratégias para continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e de imagem.

São elaborados, anualmente, Planos de Continuidade de Negócios contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Anualmente são realizados testes nos Planos de Continuidade de Negócios para validar a efetividade.

25. Seguros contratados – Não auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face a ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

26. Patrimônio de Referência e demais limites operacionais

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192, de 01/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo cálculo dos limites:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Patrimônio de Referência	306.085	261.337
Margem de Compatibilização	197.501	164.244
Índice da Basileia	33,83%	34,99%
Margem de Imobilização	141.345	122.126

27. Provisão para demandas judiciais

É estabelecida considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida. Dessa forma, são constituídas as seguintes provisões:

Descrição	31/12/2018		31/12/2017	
	Provisão para Contingências	Depósitos Judiciais	Provisão para Contingências	Depósitos Judiciais
Para Interposição de Recursos Fiscais - Lei 9.703/98 (a)	2.966	2.966	2.900	2.900
Para Interposição de Recursos Trabalhistas	48	12	15	9
Outros	1	52	3	23
TOTAL	3.015	3.030	2.918	2.932

(a) PIS e COFINS - Quando do advento da Lei nº 9.718/1998, a cooperativa entrou com ação judicial questionando a legalidade da inclusão de seus ingressos decorrentes de atos cooperados na base de cálculo do PIS e COFINS.

Segundo a assessoria jurídica do **SICOOB SUL-SERRANO**, existem processos judiciais nos quais a cooperativa figura como polo passivo, os quais foram classificados com risco de perda possível, totalizando R\$ 45 mil.

Venda Nova do Imigrante-ES, 18 de janeiro de 2019.

Tania Aparecida Uliana Torres
Diretora Executivo
CPF: 752.444.207-63

Eliane Gomes Zandonadi
Diretora Operacional
CPF: 753.269.907-25

Wanderson Vieira da Silveira
Contador CRC nº 016925/O-0-ES
CPF: 099.673.817-79

Relatório de Auditoria

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Sul-Serrana do Espírito Santo

SICOOB SUL SERRANO

Venda Nova do Imigrante/ES

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Sul-Serrana do Espírito Santo - SICOOB SUL SERRANO, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do SICOOB SUL SERRANO em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

Relatório de Auditoria

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria

para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte/MG, 11 de fevereiro de 2019.



Felipe Rodrigues Beiral
Contador CRC MG - 90.766/O-4
CNAI 2.994

Parecer do Conselho Fiscal

O conselho fiscal da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Sul-Serrano do Espírito Santo – Sicoob Sul-Serrano, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Com base nos exames efetuados, considerando, ainda, o parecer dos auditores externos – CNAC – Confederação Nacional de Auditoria Cooperativa, datado de 11 de fevereiro de 2019, bem como as informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício, opina que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral Ordinária.

Venda Nova do Imigrante/ES, 27 de fevereiro de 2019.

Antelmo Cardoso
Coordenador do Conselho Fiscal

Claudineia Apª Silva Santos
Secretário do Conselho Fiscal

Alberto Falquetto
Conselheiro Fiscal - Efetivo

FALCÃO QUER ESCALAR VOCÊ.

PROMOÇÃO #VEMPROTIME

Abra sua conta pelo aplicativo **Faça Parte** com o código **#vemprotime**, e participe do sorteio que vai levar o Falcão pra jogar uma pelada com você, além de concorrer a doze camisas autografadas pelo craque.

Central de Atendimento Sicoob | Atendimento 24h | Capitais e regiões metropolitanas: 4000-1111 | Demais localidades: 0800 642 0000 | Ouvidoria Sicoob | Atendimento seg. a sex. de 8h às 20h 0800 725 0996
www.ouvidoriasicoob.com.br | Deficientes auditivos ou de fala | Atendimento seg. a sex. de 8h às 20h | 0800 940 0458 | Demais serviços de atendimento | www.sicoob.com.br
Certificado de Autorização SEAE/MF N° 01.000747/2018. Consulte o regulamento no site www.sicoob.com.br/vemprotime.

Download on the App Store
GET IT ON Google Play

SICOOB
Faça parte.